

**EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO CAPITAL HUMANO NAS DEMONSTRAÇÕES
CONTABILÍSTICAS**

Jorge Leão Peres

Economista e

Docente Universitário da Universidade Lusíada de Angola

WORKSHOP 1:

**INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA: ESTRUTURA NORMATIVA. PRÁTICA E
TENDÊNCIAS**

*“A nova fonte de riqueza não é material;
é a informação, o conhecimento aplicado ao trabalho
para criar valor.”
(Walter Wriston)*

A atual etapa de desenvolvimento das sociedades assente na designada “Economia do conhecimento”, aliada ao acelerado desenvolvimento das tecnologias de

informação e comunicação, coloca às organizações e empresas a adoção de novos paradigmas em suas estratégias para garantir a sustentabilidade em meio a um ambiente concorrencial, procurando posturas mais dinâmicas de trabalhar e de desenvolvimento de novos produtos e serviços que correspondam às expectativas dos clientes, estes cada vez mais informados e exigentes.

Outrossim, as alterações na organização da economia induzidas pelos fenómenos de liberalização das trocas, de robotização do trabalho e de internacionalização dos sistemas produtivos, em que as organizações e empresas deixaram de ter fronteiras geográficas, a questão do custo de produção ou de opção tecnológica já não apresenta a relevância no centro de decisão.

Estas tendências afetam todas as organizações e empresas em que os ativos físicos, enquadrados em uma mera abordagem patrimonial, já não são os fatores de competitividade, e por conseguinte, provavelmente, a informação relevada em reportes financeiros tradicionais poderá não traduzir em rigor a verdadeira dimensão da organização ou empresa em gerar valor.

Por detrás dos reportes contabilísticos existem outras forças “invisíveis” que marcam a diferenciação entre as organizações e empresas. Cada organização ou empresa vale pelo seu potencial em gerar valor para a sociedade, que nem sempre vem evidenciada na informação financeira, principalmente no relato financeiro tradicional, porque ignora as formas de mensuração dos elementos não financeiros e não proporciona informação adequada e relevante acerca dos determinantes do valor da empresa em toda a sua magnitude.

A questão do reporte da informação não financeira por parte das organizações e empresas, porque entidades de interesse público, ganha cada vez mais realce no processo de prestação de contas, que devem divulgar informações não financeiras bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades referentes às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, em particular à igualdade do género, respeito dos direitos humanos e ao combate às práticas de corrupção e de suborno.

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão a promoção do uso de relatórios de sustentabilidade como caminho para as organizações e empresas se tornarem mais sustentáveis e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A elaboração do relatório de sustentabilidade pela organização ou empresa deve abranger os impactos económicos, ambientais e sociais causados por suas atividades cotidianas. Um relatório de sustentabilidade também apresenta os valores da organização e modelo de governação, e demonstra a ligação entre a sua estratégia e seu compromisso com uma economia global sustentável.

Essa extensão no processo de prestação de contas na vertente de informação não financeira resulta do fato de subsistirem dificuldades de medida no relato quantitativo em comparação com o qualitativo, pese embora os relatórios tradicionais continuam a ser mais usados.

Todavia, coloca-se a questão de mensuração dos elementos intangíveis para que possam estar vertidos nos reportes contabilísticos. Um destes elementos, de natureza não financeira, refere-se ao potencial humano ao serviço da organização ou empresa, que nos termos desta dissertação designamos por capital intelectual, mediante apresentação de evidências empíricas do capital intelectual na informação financeira (demonstrações contabilísticas).

A presente dissertação procura, portanto, apresentar as evidências que os arranjos contabilísticos introduzem nos reportes financeiros, iniciando pelos contornos da aplicação dos princípios da contabilidade geralmente aceites na evidenciação de realidades patrimoniais e financeiras. Em vista disso, a Contabilidade apesar de todas suas valências apresenta limitações para poder retratar, pelo menos numericamente, fatores determinantes para o sucesso empresarial, aquilo que na metáfora do iceberg, retrata o “invisível”, o submerso no retrato formal de uma empresa, o Balanço patrimonial.

O Balanço patrimonial tem como objetivo primário apresentar a realidade patrimonial e financeira de uma organização ou empresa em uma data, portanto, numa posição estática, e reportada a factos passados. Só que o processo é dinâmico.

No atual contexto de profundas mutações no domínio do saber e de acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, as empresas têm de se antecipar aos desafios, em uma busca contínua de desempenhos acima da média. Joga papel influente o capital intelectual vista em toda a sua abrangência, seja de capital estrutural, capital humano e capital relacional.

As métricas tradicionais da Contabilidade baseada nos princípios contabilísticos não permitem evidenciar de forma explícita este capital. Baseado no conceito de activo, entendido como recurso controlado pela empresa, decorrente de evento passado com esperada entrada de benefícios económicos, torna-se possível reescrever o Novo Balanço, integralizando o capital intelectual.

I. DELIMITANDO O CONCEITO DE CONTABILIDADE

A Contabilidade pode ser descrita como ciência, técnica ou arte, conforme seja o enfoque que se pretenda dar, mas o fato é que a mesma, enquanto sistema de registo de fatos patrimoniais, resulta da limitação humana em memorizar grande quantidade de informação em resultado do incremento da atividade comercial.

A Contabilidade desde os tempos remotos assumiu um cariz memorialista, conforme argumenta Gonçalves da Silva: *“a génese da Contabilidade explica-se pela necessidade sentida pelo homem de suprir as deficiências da sua memória mediante um processo de classificação e registo que lhe permitisse recordar facilmente as sucessivas mutações de quaisquer grandezas comensuráveis e variáveis (como por exemplo, uma dívida, um stock) em ordem a poder determinar em qualquer altura a nova medida ou extensão das mesmas”* (Silva, 1975:13).

A contabilidade como atividade humana iniciou de forma empírica. As primeiras manifestações de registos sistemáticos de natureza contabilística datam de cerca de 2.000 a.C., com os sumérios. Os registos baseavam-se na base da troca de

mercadorias, onde a contabilidade servia para definir quanto alguém possuía de uma determinada mercadoria e qual o valor de troca dessa mercadoria em relação a outra. Com Leonardo Fibonacci e depois o monge Luca Pacioli, principal divulgador do método das partidas dobradasⁱ, encerrou-se a fase empírica e menos organizada da Contabilidade a partir do século XV.

Mas a Contabilidade só foi reconhecida como ciência propriamente dita no início do século XIX. Por longo período da sua história se confundiu com os registos patrimoniais de organizações mercantis e económicas, em contraposição com a sua assunção como ciência contabilística.

Em uma abordagem metodológica, como é suposto em qualquer ciência, podemos definir Contabilidade, como sendo a ciência que estuda, interpreta e regista os fenómenos que afetam o património de uma entidade expressos em termos monetários. Ela alcança sua finalidade através do registo e análise de todos os fatos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do património, vinculado à entidade, com o fim de assegurar seu controlo e fornecer aos seus gestores as informações necessárias à ação administrativa, bem como aos seus titulares (proprietários do património) e demais pessoas com elas relacionadas, as informações sobre o estado patrimonial e financeiro e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar os seus fins (Vicenzo Massi, 1821).

Para que os seus objetivos sejam atingidos a Contabilidade socorre-se de diversas técnicas, nomeadamente a escrituração e o relato financeiro por divulgação das demonstrações contabilísticas e a correspondente análise de balanços.

A escrituração é uma forma própria desta ciência de registar as ocorrências patrimoniais; as demonstrações contabilísticas são demonstrações expositivas para reunir os fatos de maneira organizada para obter maiores informações, e a análise de balanços é uma técnica que permite decompor, comparar e interpretar o conteúdo das demonstrações contabilísticas, fornecendo informações analíticas, cuja utilidade vai atender as necessidades dos utentes da informação financeira.

Esta é a forma abrangente de definir e situar a Contabilidade. Porque o fim último da Contabilidade é fornecer informações financeiras sob a forma de demonstrações contabilísticas sobre uma entidade, que sejam úteis para gestores, investidores, financiadores e outros credores (potenciais e efetivos) tomarem decisões relativas à alocação de recursos da entidade, portanto, podemos realinhar o conceito de Contabilidade pelos elementos que compõem a principal peça das demonstrações contabilísticas, o Balanço Patrimonial.

Assim, o Balanço Patrimonial por refletir a situação patrimonial e financeira de uma empresa em determinada data, encontramos de um lado o Ativo, constituído pelos bens e direitos, e do outro o Passivo, constituído pelas obrigações, resultando da diferença destas duas grandezas o Património Líquido.

BALANÇO PATRIMONIAL	
Ativo (Bens e Direitos)	Passivo (Obrigações)
	Património líquido

TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Numa vertente dinâmica e abrangente podemos ainda posicionar estes dois conceitos fundamentais da Contabilidade na seguinte sequência:

Ativo:

Recurso controlado pela entidade, decorrente de evento passado com esperada entrada de benefícios económicos; e

Passivo:

Obrigação presente, decorrente de evento passado com esperada saída de benefícios económicos.

A matéria contabilística por relevar fatos patrimoniais e financeiros suscetíveis de evidenciar grandezas sujeitas a comparação, ela deve encerrar um conjunto de regras e normas que permitam o alinhamento dos vários sistemas contabilísticos no país e no contexto internacional. A Normalização Contabilística é a pedra de toque para a padronização dos registos patrimoniais, processada de acordo com normas e princípios fundamentais da Contabilidade.

A questão relevante que tratamos nesta abordagem é: até que ponto os princípios da contabilidade geralmente aceites podem distorcer (ou não evidenciar explicitamente) os fatos narrados nas demonstrações contabilísticas.

Por outro lado, reputamos igualmente de suma importância um ativo, porque intangível, apresenta-se submerso nas demonstrações contabilísticas. Referimo-nos ao capital intelectual em toda a sua dimensão.

II. ENUNCIÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE

A Contabilidade enquanto ciência rege-se por determinados princípios que delimitam a sua aplicabilidade de forma genérica e universal. Os princípios contabilísticos são axiomas das doutrinas e teorias relativas às ciências contabilísticas, sendo, portanto, imutáveis no tempo e espaço. Os princípios contabilísticos constituem-se em regras abrangentes a ser seguidas e aceites por todos, e representam a principal tese que sustenta e fundamenta o processo de escrituração contabilística.

O Plano Geral de Contabilidade (PGC)ⁱⁱ constitui a peça fundamental da Normalização Contabilística em Angola e como tal convencionou os princípios fundamentais da contabilidade aplicáveis à escrituração contabilística processada em Angola.

Para efeitos da nossa dissertação, e em busca de uma maior aproximação às normas internacionais de Contabilidade elegemos os seguintes princípios convencionais aplicáveis com universalidade ao processo de reporte financeiro:

1. Princípio da Entidade
2. Princípio da Continuidade

3. Princípio da Oportunidade
4. Princípio do Registo pelo Valor Original
5. Princípio da Competência ou Especialização
6. Princípio da Consistência
7. Princípio da Prudência
8. Princípio da Atualização Monetária

Entidade

O Princípio da Entidade reconhece o património como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um património particular no universo dos patrimónios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

A Contabilidade da empresa regista somente os atos e os factos ocorridos que se refiram ao património da empresa e não os relacionados com o património particular dos sócios. Não se misturam transações de uma empresa com as de outra, mesmo que ambas sejam do mesmo grupo empresarial, é respeitada a individualidade.

Continuidade

O Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do património levam em conta esta circunstância. A observância deste princípio é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência ou Especialização, em virtude da relação entre a quantificação do património e a realização de proveitos e apropriação de custos com a continuidade da entidade.

Oportunidade

O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Este princípio faz referência ao momento em que devem ser registadas as variações patrimoniais, ou seja, devem ser feitas imediatamente e de forma integral, independentemente das causas que as originaram, contemplando os aspetos físicos e monetários. A integridade dos registos é de fundamental importância para a análise dos elementos patrimoniais, pois todos os factos contabilísticos devem ser registados, incluindo os das filiais, sucursais e demais dependências de uma mesma entidade. Caso seja tratado um facto futuro, o registo deve ser feito caso exista como provar o seu valor. São os casos de constituição de provisões para cobertura de férias, 13º mês, contingências diversas, etc..

Registo pelo Valor Original

O Princípio do Registo pelo Valor Original determina que os elementos patrimoniais devem ser inicialmente registados pelos seus valores originais, expressos em moeda nacional. Os registos da Contabilidade são efetuados com base no valor de aquisição

do bem ou pelo custo de fabricação, incluindo-se, ainda, todos os gastos que foram necessários para colocar o bem em condições de gerar benefícios presentes ou futuros para a empresa.

Para ajustar o registo pelo valor original as Normas Internacionais de Contabilidade recomendam a aplicação do **Princípio do Justo Valor** como critério de avaliação assente em valores de mercados. De acordo com os defensores deste princípio “o justo valor é a forma mais lúcida e transparente de divulgar o que temos e o que valemos. Por muito que o justo valor esteja errado, ele será seguramente mais justo e mais próximo do certo do que os valores históricos que se registam em balanço.”ⁱⁱⁱ

Competência ou Especialização

O Princípio da Competência ou Especialização determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Este princípio está ligado ao registo de todas as receitas e despesas de acordo com o facto gerador, no período de competência, independentemente de terem sido recebidas as receitas ou pagas as despesas. Este princípio não está relacionado com recebimentos ou pagamentos, mas com o reconhecimento das receitas auferidas e das despesas incorridas em determinado período, ou seja, pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlacionadas.

Consistência

O Princípio da Consistência determina que os critérios valorimétricos não podem ser modificados de um exercício para o outro, em garantia da comparabilidade dos balanços, exceto quando determinados pela instituição reguladora ou definidos pela entidade com o objetivo de aprimorar o processo de registo ou avaliação das suas operações, ocasião em que devem ser detalhados os novos procedimentos adotados e divulgados os efeitos nas demonstrações contabilísticas.

Ocorrendo a derrogação a este princípio com efeitos materialmente relevantes devem os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras ser indicados e justificados em notas às contas.

Prudência

O Princípio da Prudência estabelece que as contas devem integrar um grau de precaução por estimativas realizadas em condições de incerteza, não permitindo, contudo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Este princípio especifica que ante duas alternativas, igualmente válidas, para a quantificação da variação patrimonial, será adotado o menor valor para os bens ou direitos e o maior valor para as obrigações ou exigibilidades. Assim, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos outros princípios fundamentais de Contabilidade será escolhida a opção que diminui ou acrescenta menos valor ao

Património Líquido. Baseia-se na premissa de "nunca antecipar Lucros e sempre prever possíveis Prejuízos".

Atualização Monetária^{iv}

O Princípio da Atualização Monetária determina que os efeitos da alteração no poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registos contabilísticos através do ajustamento dos valores de entrada dos componentes patrimoniais. A aplicação do princípio é recomendada para recompor o valor aquisitivo da moeda em situações onde há perda do poder de compra.

Não existe consenso quanto ao contexto de aplicação deste princípio. Algumas instituições reguladoras admitem a correção monetária apenas se a inflação passar de um determinado patamar em anos seguidos. Por exemplo, se a inflação superar a faixa de 100% em 3 anos seguidos haveria a atualização monetária. Sucede, entretanto, que mesmo uma inflação baixa acaba por distorcer o real valor do património em poucos anos.

III. ENVIESAMENTOS NA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE

Os princípios da contabilidade geralmente aceites vêm dar a moldura necessária ao processo de escrituração dos factos patrimoniais e financeiros, em sede da garantia da comparabilidade e remoção de inconsistências e enviesamentos no conteúdo das grandezas contabilísticas.

Todavia, os procedimentos podem em certa medida desvirtuar a realidade económica e financeira da empresa. Referimo-nos como primeira tese o princípio da Competência ou Especialização.

De acordo com o regime de Competência (do inglês *accrual-basis*) é considerado fato gerador de receitas e de despesas no período de ocorrência, independentemente do efetivo recebimento das receitas ou do pagamento das despesas. Repousa sobre a aplicação deste princípio a vantagem de possibilidade de previsão de fatos a ocorrer no futuro, ou seja, o futuro também passa a fazer parte da Contabilidade da empresa, o que é assinalável a montante.

Entretanto, esta previsibilidade na Contabilidade pode ser enganadora, caso não se venha a consumir. O exemplo paradigmático para esta situação é de uma venda a prazo. Se a venda ocorreu no mês de Julho com recebimento em Agosto, a receita deverá constar nos registos de Julho, embora o recebimento seja apenas em Agosto.

Contabilisticamente, em Julho, computa-se a receita (não realizada) e como contrapartida, em obediência ao método das partidas dobradas, cria-se um direito (ativo) em Contas a receber (Clientes). Em Agosto, por ocasião do recebimento, deduz-se o valor recebido de Contas a receber por contrapartida (aumento) da Conta meios monetários (caixa ou bancos).

Perante este fato, e salvaguardada a situação de previsão de evento futuro, entretanto, podemos estar confrontado com uma situação potencialmente distorcida, pois apesar de estar computada uma receita em Julho, na realidade ela não existe de

fato, e a empresa pode enfrentar problemas de liquidez em Julho e eventualmente em Agosto caso a contraparte (risco de crédito) não venha a honrar a obrigação assumida para com a empresa.

Na realidade o Regime de Competência vem evidenciar a potencialidade da empresa em gerar resultados, espelhada nas Demonstrações de Resultados, o que por si só pode ser um fator inibidor para os atos subsequentes, conforme referimos anteriormente.

Para permitir uma análise mais equilibrada, em termos de liquidez, a Normalização Contabilística recomenda igualmente a elaboração das Demonstrações de Fluxo de Caixa, que computa os registos contabilísticos com base no regime de caixa (em inglês *cash-basis*), ou seja, a receita só é contabilizada como tal quando ocorrer efetivamente o pagamento. No caso vertente, o registo da receita é efetuado apenas no mês de Agosto. O regime de caixa possui o inconveniente da falta de previsão do futuro, mas tem a sua validade para efeitos gerenciais.

Tem sido recorrente casos de empresas com lucros contabilísticos refletidos nas Demonstrações de Resultados, em decorrência da aplicação do princípio da Especialização, entretanto, incapazes de honrar os seus compromissos, por falta de liquidez.

Estabelecendo o paralelo entre as duas peças contabilísticas, enfatizamos que, enquanto as Demonstrações de Resultados evidenciam a potencialidade da empresa em gerar lucros, as Demonstrações de Fluxos de Caixa evidenciam a capacidade da empresa em gerar liquidez. Em tese as duas peças se devem complementar.

Ainda nesta abordagem dos contornos dos princípios contabilísticos, abrimos parêntesis para o princípio da Prudência, e os seus efeitos enviesados nas demonstrações contabilísticas.

Em essência este princípio determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior valor para os componentes do Passivo, sempre que apresentarem alternativas igualmente válidas para o registo contabilístico. Isto, evidentemente, tem reflexo direto na Património Líquido da empresa.

Desse modo, a aplicação do princípio da Prudência resulta na obtenção do menor Património Líquido, entre aqueles possíveis diante de procedimentos alternativos de avaliação de fatos contabilizáveis. Esse princípio tem por objetivo não registrar antecipadamente nenhum lucro e, de outro lado, registrar todas as despesas e perdas que forem possíveis. Ou seja: nunca permitir que a Contabilidade da empresa indique a existência de lucros que possam estar superestimados pela adoção de um critério, entre dois ou mais possíveis, que eventualmente venha a não corresponder à realidade.

A correta aplicação do princípio da Prudência visa impedir que prevaleçam, na escrituração contabilística, juízos puramente pessoais ou outros interesses. Ressalve-se, entretanto, que na base deste princípio as demonstrações contabilísticas podem enfermar de enviesamentos, que venham a influenciar a tomada de decisões por parte dos utentes da informação financeira.

Apenas para reiterar as evidências empíricas dos enviesamentos dos princípios contabilísticos deixamos aqui registado o mediático caso Daimler-Benz ocorrido em 1992, quando, de acordo com os critérios contabilísticos vigentes na Alemanha, o balanço comportava um lucro de 0,6 mil milhões de dólares norte-americanos, e após a sua conversão nos critérios contabilísticos americanos, o resultado passava para um prejuízo de 1,9 mil milhões de dólares norte-americanos.

IV. CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO DO VALOR DA EMPRESA

Das várias abordagens de avaliação de uma empresa encontramos a abordagem patrimonial. A abordagem patrimonial: admite que um bem tem valor intrínseco, pelo que o valor da empresa não é mais do que a soma dos valores dos bens do seu património

Todavia, outras abordagens se sobrepõem a esta, pois o valor do património e o seu apuramento na Contabilidade nem sempre coincide com o valor real da empresa que pode ser afetada por outros fatores e não só o património.

É assim que encontramos diferentes abordagens^v para o apuramento do valor de uma empresa.

Pela lógica do mercado o valor efetivo de uma empresa ou de um bem é o que o comprador estiver disposto a pagar pela sua aquisição, pelo que no processo de avaliação intervêm não só fatores objetivos, mas também fenómenos subjetivos e contingenciais. Dessa forma, ao procurar racionalizar o cálculo do valor através de técnicas específicas, deve, o analista, procurar conhecer o meio ambiente em que se processa essa avaliação.

Pelo que se infere das abordagens de avaliação é que a empresa não é só património (pelo menos património em sentido lato). Será muito mais do que o expresso na Contabilidade tendo em vista a definição de Ativo: recurso controlado pela entidade, decorrente de evento passado com esperada entrada de benefícios económicos; e Passivo: obrigação presente, decorrente de evento passado com esperada saída de benefícios económicos.

O valor da empresa depende dos benefícios que dela se espera e a Contabilidade assente em tradicionais princípios contabilísticos torna-se limitada para integralizar esta realidade. Daí que alguns arranjos são introduzidos no registo pelo valor original para ajustar a moldura patrimonial a valores potenciais.

Uma vez integrado ao património, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

- Custo corrente.
Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contabilísticas. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contabilísticas;
- Valor realizável.

Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;

- Valor presente.

Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado no curso normal das operações da entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da entidade;

- Valor justo.

O justo valor é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

- Atualização monetária.

Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registos contabilísticos mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

As normas internacionais de Contabilidade advogam a aplicação do justo valor porque na maioria dos casos o princípio do justo valor afigura-se como forma razoável e realista de registo dos bens ativos e passivos elencados nos balanços das empresas.

Entretanto, porque estes ajustamentos vêm introduzir ganhos futuros potenciais nas demonstrações contabilísticas os mesmos devem ser aplicados de forma comedida para evitar empolamentos dos balanços e dos resultados por valorizações excessivas de ativos, em função de expectativas de benefícios económicos futuros. Tal otimismo pode configurar na Contabilidade ganhos não realizados.

V. DIMENSÃO DO CAPITAL INTELECTUAL NO BALANÇO

Colocamos aqui a questão substantiva da forma de incorporação do Capital intelectual nas evidências patrimoniais de uma empresa.

Recapitulando, o ativo é um recurso controlado por uma entidade ou empresa em resultado de acontecimentos passados e de que se esperam benefícios económicos futuros.

Muito se tem discutido sobre a forma de melhor retratar a situação patrimonial e financeira de uma empresa, ganhando cada vez mais destaque os mecanismos de mensuração com base em critérios de mercado, sem, no entanto, se colocar o devido enfoque no principal ativo de uma empresa, que a torna única, o seu capital intelectual acumulado.

A inteligência humana e os recursos intelectuais são os mais valiosos ativos de uma empresa, na medida em que:

- O conhecimento existe como recurso, e para as empresas é o principal recurso estratégico de que dispõem;

- É uma das chaves para o aumento da inovação e competitividade; e logo,
- Está ligado ao sucesso da empresa.

O conhecimento, as capacidades e a propriedade intelectual são os ativos intangíveis mais significativos e de relevância estratégica para uma empresa, onde são responsáveis pela criação de riqueza. A principal razão desta importância estratégica está na originalidade dos mesmos e, portanto, difíceis de serem replicados e imitados.

Vivemos atualmente em uma economia cada vez mais global com predominância da inovação e da tecnologia de informação fortemente caracterizada pela aparição contínua de novos saberes e pelo desenvolvimento do potencial humano e o incremento permanente das faculdades intelectuais.

As empresas procuram incorporar estas mudanças como forma de obtenção de vantagens competitivas que nem sempre vêm evidenciadas de forma explícita nas demonstrações contabilísticas, pese embora os arranjos em decorrência da aplicação dos princípios do justo valor e da atualização monetária.

A abordagem patrimonial para o apuramento do valor de uma empresa torna-se insuficiente para incorporar a dimensão humana e todo seu intelecto na escrituração de uma empresa, como ente que se espera venha gerar benefícios no futuro, pois as mudanças têm sido profundas e estruturantes ao longo do processo de transformação da sociedade humana, cujos traços principais podemos encontrar no estudo de Bell (1973) e Maté (1999):

	Sociedade pré-industrial ou extrativa	Sociedade industrial ou de fabricação	Sociedade pós-industrial ou de processo
Atividade predominante	<i>Agricultura</i>	<i>Indústria</i>	<i>Serviços</i>
Recurso principal	<i>Forças naturais</i>	<i>Energia criada</i>	<i>Informação</i>
Recurso estratégico	<i>Matérias-primas</i>	<i>Capital financeiro</i>	<i>Conhecimento: capital humano e intelectual</i>
Eixo do sistema tecnológico	<i>Manual, artesanal</i>	<i>Ferro, vapor, têxtil. Eletromecânico, químico</i>	<i>Informação, telecomunicações, multimateriais, biotecnologia</i>
Base energética	<i>Forças naturais</i>	<i>Carvão, petróleo</i>	<i>Multienergias</i>
Princípio angular	<i>Costume, tradição</i>	<i>Crescimento económico</i>	<i>Codificação dos conhecimentos teóricos</i>

Todas estas transformações levam a uma nova abordagem das demonstrações contabilísticas em linha de conta com a incorporação implícita dos designados ativos intangíveis de uma empresa, por extensão do Capital intelectual.

Reestruturando a composição dos ativos de uma empresa, em uma abordagem integral, encontramos os seguintes componentes:

ATIVOS DE UMA EMPRESA	
ATIVOS TANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS (CAPITAL

		INTELECTUAL)		
Capital físico	Capital financeiro	Capital relacional	Capital humano	Capital estrutural

Os recursos tangíveis são os ativos mais fáceis de identificar e mensurar através da informação computada nas demonstrações contábilísticas. Classificam-se em ativos fixos e ativos financeiros. Os recursos intangíveis permanecem “invisíveis” nas demonstrações contábilísticas (informação não financeira) e portanto de difícil mensuração. Classificam-se em capital intangível humano e capital intangível não humano (capital relacional e capital estrutural ou organizacional).

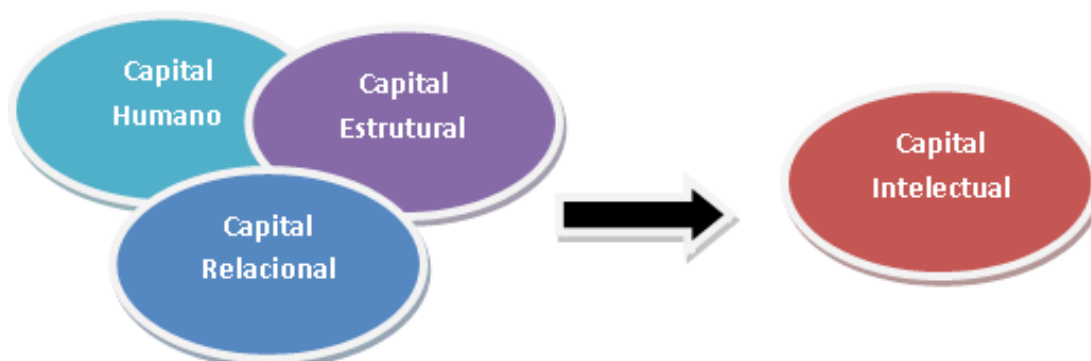
No atual mundo concorrencial o êxito empresarial deve-se fundamentalmente aos ativos intangíveis, ou seja, aos ativos que não se improvisam e nem se “adquirem” instantaneamente por dinheiro, mas que resultam de um processo contínuo de estruturação, adaptação e aprendizagem.

A seguir enumeramos as características próprias que os ativos intangíveis devem reunir para que possam ser considerados valiosos e exclusivos para as empresas competitivas:

- Escassez: não disponível a todos os concorrentes pelo que constitui um elemento de diferenciação;
- Relevância: deve estar associado a algum dos fatores de sucesso da empresa;
- Durabilidade: que sustente no tempo a vantagem competitiva da empresa;
- Transferibilidade: não transferência das capacidades valiosas;
- Imitabilidade: não facilmente imitáveis;
- Substituibilidade: não facilmente substituíveis;
- Complementaridade: não se complementam com outros recursos ou capacidades; e
- Apropriabilidade: possibilidade de obtenção de ganhos equivalentes ao valor criado pelo dito recurso.

Portanto, o valor de uma empresa consiste em algo mais do que o que vem refletido nos reportes contábilísticos (informação financeira). Ela vale estrategicamente pelo seu Capital intelectual. Segundo Leif Edvinsson e Michael Malone (1997), Capital intelectual é o “conjunto de recursos intangíveis da organização que têm a capacidade de gerar valor seja no presente como no futuro”.

Ainda de acordo com estes autores o Capital intelectual reparte-se em três grandes componentes: capital relacional, capital humano e capital organizacional ou estrutural.



Pela adição dos três componentes obtém-se o Capital intelectual de uma empresa. Mais do que mera adição de partes desconexas, o Capital intelectual é a combinação de características organizacionais e comportamentais que tornam uma empresa singular, única e valiosa.

CAPITAL INTELECTUAL		
CAPITAL RELACIONAL	CAPITAL HUMANO	CAPITAL ESTRUTURAL
Formado pelos recursos intangíveis relacionados com o ambiente em que se insere a empresa, tais como, clientes, fornecedores e a sociedade em geral. Refere-se ao conjunto de características que influencia o relacionamento da empresa com os agentes externos. Elementos que integram este capital: Intensidade, profundidade e qualidade das relações com clientes, fornecedores e bancos; Acordos de cooperação e alianças estratégicas, tecnológicas ou comerciais e Imagem da empresa. Pode ser propriedade da empresa e se pode negociar.	Conjunto de recursos intangíveis que residem nas pessoas suscetíveis de gerar valor. O capital humano reside nas pessoas, e compreende todos aqueles atributos natos ou aprendidos que caracterizam os membros de uma empresa. Elementos que integram este capital: Educação, experiência, know-how, talento, cultura, criatividade, conhecimentos, habilidades, valores e atitudes das pessoas que trabalham na empresa. Não é propriedade da empresa e não pode ser comprado.	Formado pelos recursos intangíveis que residem na própria empresa. Tudo o que fica quando os empregados se retiram da empresa. O capital estrutural ou organizacional representa a forma da empresa estruturar-se e atuar nos seus processos de trabalho. Elementos que integram este capital: Estrutura organizativa formal e informal, Métodos e processos de trabalho; Tecnologia; I&D; Patentes e marcas; Sistemas de direção e gestão; Cultura da empresa. Pode ser propriedade da empresa e se pode negociar.

Fonte: Leif Edvinsson e Michael Malone (1997).

Reconhecida a importância do Capital intelectual como fator de diferenciação competitiva das organizações e empresas, e portanto principal ativo responsável pela obtenção do sucesso organizacional e empresarial, importa evidenciar a forma como este capital pode ser vertido nos reportes contabilísticos.

É inquestionável que o valor real uma empresa não pode ser determinado somente pelas métricas contabilísticas tradicionais, ou seja, conforme destacado, o valor de uma empresa consiste em algo mais do que o que vem expresso nos registos contabilísticos.

Da diferença entre o valor de mercado (VM) e o valor nos registos contabilísticos (VC) que resulta o Capital intelectual (CI).

CAPITAL INTELECTUAL
=

$$\begin{aligned}
& \text{CAPITAL DE CONHECIMENTOS} \\
& = \\
& \text{ACTIVOS N\~{A}O FINANCEIROS} \\
& = \\
& \text{ACTIVOS IMATERIAIS} \\
& = \\
& \text{ACTIVOS OCULTOS} \\
& = \\
& \text{ACTIVOS INVIS\~{I}VEIS} \\
& = \\
& \text{MEIOS PARA ALCAN\~{C}AR A META} \\
& = \\
& \text{CI} = \text{VM} - \text{VR}
\end{aligned}$$

Encarado de outro \~{a}ngulo, do apuramento do Capital intelectual resulta no universo empresarial o conceito de *goodwill*. Portanto, o *goodwill* corresponde ao ativo intang\~{i}vel que resulta de fatores de valoriza\~{c}~{a}o da empresa, que lhe s~{a}o indissoci\~{a}veis, como o nome, a reputa\~{c}~{a}o, a cultura empresarial, a localiza\~{c}~{a}o, a fidelidade dos clientes, os produtos e servi\~{c}os prestados, etc.

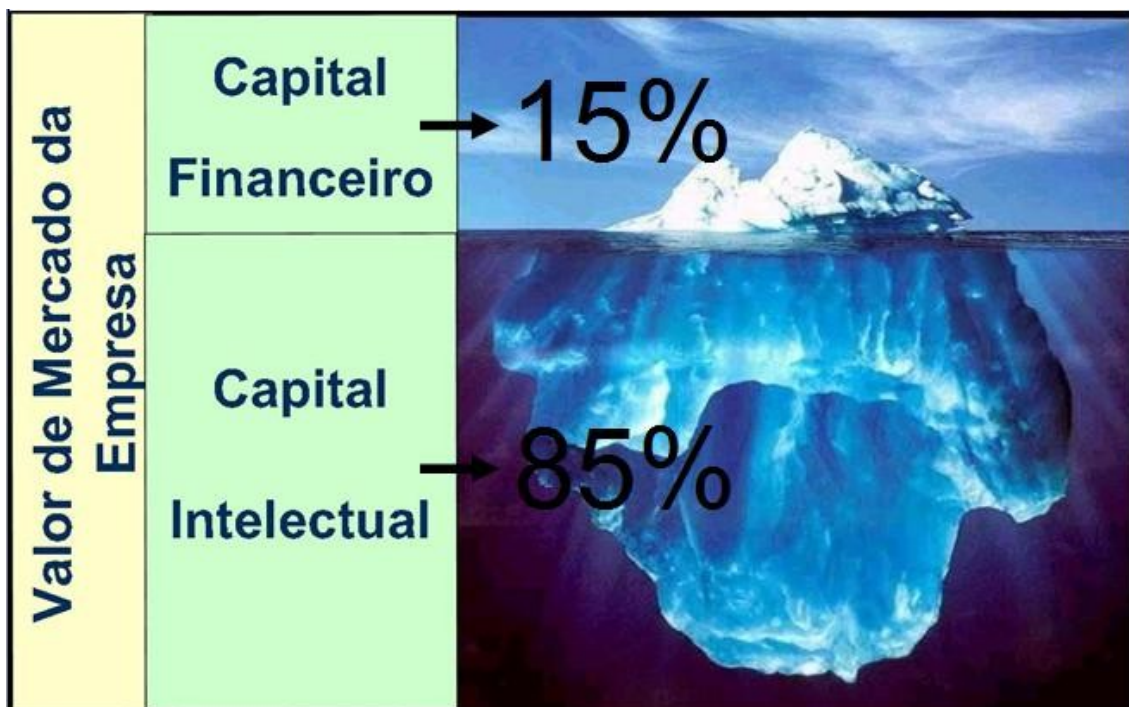
Como tal o valor do *goodwill* \~{e} apurado pela diferen\~{c}a entre o pre\~{c}o de transa\~{c}~{a}o (no mercado) e o valor dos ativos/passivos avaliados individualmente (valor do capital pr\~{o}prio ou justo valor). Assim, o *goodwill* contabil\~{i}stico representa o excedente de pre\~{c}o relativamente ao justo valor dos ativos e dos passivos.

Reescrevendo o balan\~{c}o de uma empresa contemplando a totalidade dos ativos (tang\~{i}veis e intang\~{i}veis), do qual o Capital intelectual \~{e} fator de diferencia\~{c}~{a}o em resultado da combina\~{c}~{a}o de caracter\~{i}sticas intr\~{i}nsecas que tornam uma empresa \~{u}nica e valiosa, resulta o novo balan\~{c}o, assim estruturado:

NOVO BALAN\~{C}O

ATIVO	PASSIVO
<u>Balan\~{c}o Tradicional</u>	
<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos tang\~{i}veis • Bens e direitos 	Capital financeiro
<u>Balan\~{c}o Intelectual</u>	
<ul style="list-style-type: none"> • Propriedade intelectual • Reputa\~{c}~{a}o • Tecnologia • Compet\~{e}ncia • Outros 	Capital intelectual
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Estudos emp\~{i}ricos apontam o Capital intelectual como representando cerca de 85% do valor de mercado uma empresa, e os restantes 15% serem aportados pelo Capital financeiro, o que evidencia que mais do que o mero valor contabil\~{i}stico, se sobrep\~{o}e na valoriza\~{c}~{a}o de uma empresa o valor da marca, o valor sentimental, aquilo que transcende o escriturado.



Fonte: Google

VI. EM JEITO DE CONCLUSÃO

Ciente de não estarem esgotadas as assertivas em torno deste tema assaz peculiar para a sobrevivência das organizações e empresas, nos propomos a retirar algumas ilações em jeito de conclusões.

Primeiro, não deixa de ser importante a Contabilidade como forma de evidenciar os fatos patrimoniais de uma empresa corporizados nos seus ativos tangíveis, o alicerce indiscutível para o crescimento. Entretanto, isto só, pode não ser sustentável no tempo, se a empresa não for capaz de gerir adequadamente os seus fluxos de informação e de conhecimento, ou seja, a empresa tem de construir um estoque suficiente de recursos intangíveis para tornar-se competitiva e sustentável.

Segundo, importa destacar que, enquanto os recursos tangíveis crescem por fluxos financeiros (aquisição de novo equipamento, por exemplo), portanto de duração efémera, já os recursos intangíveis de uma empresa crescem geralmente por fluxos de informação ou de conhecimento (agregar novas características a um produto que satisfaçam as necessidades dos clientes, por exemplo), portanto em posição de perpetuidade.

Finalmente, a realidade de uma empresa é muito mais do que aquilo que vem expresso nos números padronizados, radica na atitude organizativa, estruturante e comportamental dos atos que perfilam ante o cenário de um mundo concorrencial. Estabelecendo o paralelo com a economia, e salvaguardada as devidas proporções, teríamos por um lado, a abordagem positiva, onde a situação patrimonial é descrita tal como ela é, e por outro, a abordagem normativa, onde a situação patrimonial apresenta-se como deveria ser.

VII. BIBLIOGRAFIA

1. BANCÁRIA, Instituto de Formação. *Sistema de Normalização Contabilística*. Lisboa: IFB, Janeiro de 2011.
2. IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de Contabilidade Societária*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
3. PERES, Jorge Leão. *Contabilidade Bancária*. Luanda: Universidade Lusíada de Angola, 2011.
4. SANTIAGO JR, José Renato Sátiro; SÁTIRO, José Renato. *Capital Intelectual: o grande desafio das organizações*. São Paulo: Novatec, 2011.
5. STEWART, Thomas A.. *Capital Intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
6. VELLANI, Cássio Luiz. *Contabilidade e Responsabilidade Social- Integrando Desempenho Económico, Social e Ecológico*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

- ⁱ A essência deste método é que o registo de qualquer operação implica que um débito em uma ou mais contas deve corresponder um crédito equivalente, em uma ou mais contas, de forma que a soma dos valores debitados seja sempre igual a soma dos valores creditados.
- ⁱⁱ O PGC- Plano Geral de Contabilidade (de Angola) foi aprovado em 2001 ao abrigo do Decreto n.º 82/2001.
- ⁱⁱⁱ Revista TOC n.º 105, página 35.
- ^{iv} No PGC não consta este princípio, mas, o CONTIF- Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (de Angola) aprovado pelo Instrutivo n.º 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola, consagra a aplicação do Princípio da Atualização Monetária.
- ^v Abordagem económica, abordagem financeira, abordagem regulamentar e abordagem pelo mercado